

As responsabilidades brasileiras frente ao desafio do clima

Nilto Tatto

OUTUBRO DE 2015

- As recentes constatações sobre as mudanças climáticas indicam que chegamos a um divisor de águas: se mantivermos o *business as usual* nas próximas décadas, deslizaremos para uma rota em que as mudanças serão exponenciais e irreversíveis, e os riscos imprevisíveis. Ou revemos os mecanismos que geram as desigualdades abissais entre indivíduos, regiões e países; freamos a lógica do lucro rápido; e construímos relações possíveis com o meio do qual dependemos, ou naufragaremos todos juntos.
- A importância do Brasil em termos de volume e diversidade de riquezas naturais é amplamente reconhecida e, em grande medida, a megabiodiversidade existe no Brasil hoje em dia por causa das populações tradicionais que, por séculos, lutaram por seus territórios e pelo direito às suas especificidades culturais. Em nossa recente democracia, avançamos na conquista de direitos para todos, e um dos principais desafios do Brasil hoje é manter a trajetória de implementação destes direitos, frente à ofensiva conservadora que ganha corpo na política brasileira.
- Para países emergentes e megabiodiversos como o Brasil, é tempo de aproveitar o esfacelamento de padrões econômicos e políticos, e construir as estratégias para potencializar nossos trunfos com intensidade de conhecimento, tecnologia e participação social. O Brasil tem condições de enfrentar este desafio, mantendo a decisão crucial de erradicar a pobreza e a miséria. As metas brasileiras para a COP 21 são dignas de elogios, mas podemos e devemos ser ainda mais ousados.



Um enfrentamento inadiável

Os desafios envolvidos na tarefa global de fazer frente às mudanças climáticas são de primeira grandeza porque envolvem revisões profundas nos princípios que orientam as maneiras desenvolvidas pela sociedade ocidental de se relacionar com o meio de que depende. Tendo estas relações em grande medida se globalizado sob as dinâmicas capitalistas, assistimos à depleção de recursos naturais e à deterioração das funções ecossistêmicas em escala planetária. Ao mesmo tempo, testemunhamos, nos últimos anos, um forte incremento na quantidade e na qualidade de dados e constatações científicas sobre os efeitos das atividades humanas no clima e na biodiversidade, bem como a multiplicação de soluções técnicas, em contraste com a procrastinação dos países membros da Convenção das Partes em relação a resoluções efetivas. O alargamento deste fosso parece ter se tornado insustentável do ponto de vista político e talvez tenha chegado, finalmente, e com grande atraso, o momento em que as lideranças mundiais assumirão suas responsabilidades perante o desafio.

As recentes constatações sobre as mudanças climáticas indicam que chegamos ao ponto divisor de águas de tomar um rumo de adaptar as atividades humanas a um quadro no qual os riscos são parcialmente previsíveis e mitigáveis, ou deslizarmos em uma rota em que as mudanças serão exponenciais e irreversíveis, e os riscos imprevisíveis.

Os processos naturais dos quais nos distanciamos ao longo da recente e acelerada urbanização em todos os continentes, e dos quais temos a ilusão de estarmos protegidos pela tecnologia, nos batem à porta sem cerimônia. Multiplicam-se os recordes de temperatura, os eventos extremos de precipitação e

secas, e a biodiversidade se deteriora de forma acelerada. Estamos abusando do planeta tanto no volume de recursos quanto na ruptura de funções ecossistêmicas. Não há um segundo planeta a que recorrer nas próximas décadas¹.

Ao mesmo tempo, a perda da biodiversidade guardada pelas florestas, ao reduzir a base genética no mundo, extingue, de antemão, o porvir de novos conhecimentos e usos de espécies nativas, extermina parcialmente as possibilidades de adaptação dos cultivos a diferentes ambientes, ainda mais tendo em vista os cenários projetados – solos cada vez mais pobres e degradados e condições climáticas extremas e alteradas – e nos priva dos benefícios das funções ecossistêmicas. Os prováveis impactos em termos de aumento da insegurança alimentar no mundo e a perspectiva crescente de escassez de recursos naturais pode acirrar, se mantido o *modus operandi* dos *players* globais produtores de commodities, a corrida pela extração rápida de riqueza da terra. As consequências disso são o enfraquecimento dos *balances* institucionais capazes de frear a dinâmica do lucro rápido, e mais deterioração acelerada de biomas naturais, solos e recursos hídricos.

Diante do risco – cada vez mais aceito na comunidade científica – de fracassarmos em não permitir um aumento maior do que 2^o Celsius na superfície do planeta, as expectativas concentram-se nos resultados da COP 21 mirando em objetivos mais modestos e menos promissores de evitar mudanças climáticas em cadeia, irreversíveis, e com efeitos de proporções imprevisíveis.

1. Conforme o relatório “Planeta Vivo” (WWF, 2014), estima-se que, no ritmo em que a humanidade está usando os recursos, em 2050, dois planetas não serão suficientes para suportar as atividades humanas.



Qual deve ser a posição do Brasil neste contexto? Por sua megasociobiodiversidade, pelo desempenho nacional nos Objetivos do Milênio (ODM) nos últimos 15 anos, pelo protagonismo do Brasil na elaboração dos Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir da Rio+20, e por sua atitude ousada e responsável na construção de um novo balanço de forças no quadro internacional, o país tem condições de liderar a luta contra o aquecimento global.

Das riquezas brasileiras

A importância do Brasil em termos de volume e diversidade de riquezas naturais é amplamente reconhecida, assim como a unicidade de muitos deles. Riquezas estas que não se esgotam nas espécies componentes, pois os conjuntos são muito mais do que a soma das partes – paisagens, funções ecossistêmicas e diversidade cultural. Vale a pena sublinhar a dimensão cultura de nossa riqueza.

Em grande medida, a megabiodiversidade existe no Brasil neste início de século XXI por causa das populações tradicionais que, por séculos, viveram nas bordas da sociedade de capitalismo selvagem que aqui se constituiu. Estas populações – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros – resistiram em seus territórios, dependendo basicamente de seu modo de produzir particular e dos recursos naturais do seu entorno, com baixa densidade de relações de trocas cooperativas com a sociedade envolvente. Mais frequentes do que o desejável, contudo, foram os conflitos, muitas vezes violentos, com esta sociedade. Nas lutas pela preservação de seus territórios, barrando o avanço do modo de produção capitalista, estas populações garantiram a conservação de habitats e biomas através de práticas de manejo sedimentadas a custos de longas observações, de um olhar e de uma escuta atenta

aos processos naturais, que nós desaprendemos. Desenvolveram e preservaram conhecimentos sobre espécies – e suas dinâmicas de interação no bioma – muitas vezes úteis à alimentação e saúde humanas, bem como a respeito das inúmeras funções ecossistêmicas. Todo este conhecimento não necessariamente coincide, não se sobrepõe, nem é inferior ao conhecimento científico, mas é possível afirmar que estas populações estão à frente da ciência convencional quando se trata do tempo da verificação empírica, e muito à frente dos sistemas produtivos convencionais da sociedade envolvente quando se trata de manejos sustentáveis.

Assim, é de importância estratégica manter os compromissos de soberania e direitos que o país assumiu perante os povos originários e as comunidades tradicionais, sob a forma da lei, na nossa jovem Constituição Federal de 1988. De lá pra cá, temos avançado na conquista de direitos para estes povos e para a população como um todo. O conjunto de políticas públicas implementado durante os governos do Partido dos Trabalhadores, em diversas áreas, com base no entendimento de que a justiça social é o ponto de partida de um projeto de desenvolvimento nacional e de que a pobreza é um fenômeno multidimensional, nos afastou de um passado recente marcado por relações de “casa grande” e “senzala”. Esta é a grande conquista brasileira dos últimos anos – uma importante virada depois de cinco séculos de servidão – em afinidade com a postura mais ativa do país no cenário internacional adotada nos governos Lula e Dilma.

Dos desafios à nossa frente

Entre outros avanços, cabe destacar o papel que a sociedade civil organizada vem desempenhando em diversas áreas, de forma cada vez mais integrada com as políticas públicas,



e que foi fundamental, por exemplo, para o alcance dos Objetivos do Milênio no Brasil. Desta participação social, cada vez mais qualificada e fortalecida, esperamos também contribuições fundamentais para alcançarmos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, agenda umbilicalmente conectada com a questão do clima. As investidas conservadoras que o país vive atualmente colocam em risco tanto a conquista de direitos quanto este florescer da sociedade civil e, assim, mais um desafio que se coloca consiste em manter estas conquistas, além de seguir avançando. Permanecemos vigilantes e combativos.

Ao longo dos últimos anos, entretanto, estivemos tímidos em relação a conflitos ambientais de grandes proporções, como a degradação dos solos, o comprometimento dos recursos hídricos e a contaminação do ambiente, por exemplo. Os ônus são sentidos com mais intensidade pelas populações desfavorecidas e socialmente invisíveis. Estamos em déficit, portanto, na promoção da justiça ambiental no país, e esta dívida só pode ser solucionada através de uma estratégia que contemple, simultaneamente, as metas de redução de emissões tendo em vista os acordos da COP 21.

As desigualdades abissais entre indivíduos, regiões e países estão no centro do processo de degradação e desequilíbrios ambientais no planeta e, portanto, enfrentá-las é condição *sine qua non* para a agenda de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). E vice-versa. As mudanças climáticas, por seus múltiplos efeitos, podem lançar de volta na pobreza e na precariedade, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo.

O princípio das responsabilidades compartilhadas mas diferenciadas deve valer em âmbito mundial – considerando que boa parte da opulência nos países centrais foi erigida às

custas da exploração dos países periféricos, nada mais justo que os primeiros paguem uma conta mais alta² – e, igualmente, para dentro de cada país. No Brasil, o acesso ao mundo do consumo para 40 milhões de brasileiros, inaugurado pelas políticas sociais dos governos do PT, foi uma conquista inicial da luta pela igualdade. Temos ainda uma longa jornada pela frente, mirando a qualidade de vida para todas as classes sociais.

Nesta jornada, serão necessários instrumentos para que os mais ricos paguem uma parte maior da conta que o Estado Brasileiro precisa assumir para transitar rumo a uma economia verde, e para garantir um tratamento diferenciado para os segmentos econômicos e empresas conforme os impactos ambientais que decorrem de suas atividades.

Para seguir no rumo desejado precisamos aprimorar e implementar mecanismos transversais de incentivo a atividades da economia de baixo carbono, aproveitando melhor a biodiversidade, e disseminando práticas mais sustentáveis em todas as atividades econômicas. É crucial nos afastarmos da dependência de commodities – intensivas em recursos naturais – e direcionarmos a economia como um todo para a maior intensidade de conhecimentos e tecnologia. Sem isso, não faremos senão reduções marginais de emissões de GEE. Neste sentido, políticas mais robustas de desenvolvimento tecnológico que permitam elevar a competitividade em atividades econômicas consolidadas ou fomentar novos mercados, são estrategicamente indispensáveis.

Ao mesmo tempo em que esta agenda transversal se impõe, temos deveres de casa igualmente estratégicos tendo em vista reduzir a

2. Avançou-se neste sentido na 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento da ONU, que resultou na Agenda de Ação de Adis Ababa (2015).



pegada brasileira de carbono. O Brasil apresentou metas de redução de emissões de 43% até 2030 – das mais ambiciosas apresentadas até agora. É também significativo que sejamos a primeira grande economia emergente a adotar uma meta absoluta de redução de emissões para o conjunto da economia. Entretanto, tendo reduzido expressivamente as emissões por desmatamento – em função de uma queda de mais de 80% nas taxas de desmatamento a partir de 2004 – nos preocupam as emissões de duas áreas que hoje são as maiores responsáveis pelas emissões brasileiras: energia e agricultura. No caso da energia, por causa da participação ainda muito grande de combustíveis fósseis na matriz e do uso crescente de termoelétricas. No caso da agricultura, o metano emitido pelo gado e o uso massivo de fertilizantes nitrogenados são os principais fatores que fazem com que o setor responda por um terço das emissões brasileiras. Em ambas, os volumes de GEE continuam crescendo.

Apesar de termos, tecnicamente, uma matriz energética consideravelmente renovável – ressalvas para a participação especial da controversa hidroeletricidade – há muito o quê ganhar com o fomento massivo à energia solar, que tem condições de caminhar a passos cada vez mais largos, bem como com maior participação de biocombustíveis, particularmente o etanol de segunda geração, para o qual a tecnologia nacional está a caminho. As metas apresentadas no INDC brasileiro – de ampliar para 23% a participação de fontes renováveis (eólica, solar e biomassa) na geração de energia elétrica – são ainda tímidas, e estão muito aquém daquilo que o Brasil pode oferecer.

As metas relacionadas à agropecuária são mais promissoras, combinando a recuperação de pastagens (15 milhões de hectares) e as prá-

ticas previstas no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que incluem a integração lavoura-pecuária-floresta (5 milhões de hectares). Para as dimensões continentais do país, os resultados já obtidos nestas linhas de ação são ainda incipientes, e precisamos garantir que os incentivos sejam multiplicados, principalmente em termos de financiamento.

Finalmente, em relação às florestas, está sendo gestado no âmbito do governo um programa nacional de reflorestamento que é um avanço importante por seu ineditismo e representará um aprendizado para os gestores. Contudo, podemos ser mais ambiciosos, ampliando a área total prevista para recuperação, garantindo que sejam implantadas espécies nativas em sistemas florestais diversificados, em todos os biomas, através de um planejamento integrado por bacias hidrográficas e trabalhando prazos e metas conforme diferentes níveis de criticidade. Além disso, precisamos estabelecer condições para que o desmatamento zero se torne realidade no curto prazo.

Conclusão

A próxima década (ou década e meia) é apenas o começo. Mesmo que sejamos otimistas em relação às metas e acordos a serem firmados em Paris, temos que ter em mente que o desafio não é alcançarmos metas na próxima década ou nos próximos 15 anos, mas começarmos a reconstruir a economia e as nossas relações como o meio do qual dependemos em outras bases, de tal forma que as emissões de GEE sigam caindo nas décadas seguintes.

Por isso, o que está em jogo, e o momento é este, é revermos os fundamentos do nosso projeto de desenvolvimento. Para países emergentes e megabiodiversos como o Brasil, é tempo de aproveitar o esfacelamento de padrões econômicos e políticos, e construir as



estratégias para potencializar nossos trunfos com intensidade de conhecimento, tecnologia e participação social. O Brasil tem condições de enfrentar este desafio, mantendo a decisão crucial de erradicar a pobreza e a miséria, pois alcançamos com excelência os Objetivos Do Milênio e podemos liderar também a busca pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O pesquisador brasileiro Antonio Donato Nobre³ chama atenção para o fato de que a crise climática tem potencial para ser incomensuravelmente mais grave do que a crise financeira – o que justificaria, em suas palavras, um “esforço de guerra” em nível mundial – e que, no entanto, não tem merecido a mesma prioridade e censo de urgência que fez com que, em 2008, quando estourou a bolha financeira de Wall Street, governos de todo o mundo tenham decidido, em quinze dias, usar trilhões de dólares de recursos públicos na salvação de bancos privados evitando um colapso do sistema financeiro⁴.

Portanto, o problema de fundo, persistente, é a incongruência entre a gravidade e o ritmo de erupção dos riscos ambientais e a baixa disposição dos países, principalmente os mais poluidores, para criar mecanismos legalmente vinculantes (que conferem obrigatoriedade legal para as metas, internamente aos países) e a ausência de mecanismos de *enforcement* internacionais.

3. Pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Brasil.

4. Nobre, Antonio Donato (2014). O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica. São José dos Campos, SP: CCST-INPE: INPA.



Sobre o autor

Nilto Tatto é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, em seu primeiro mandato, tendo acumulado importante expertise nos temas socioambientais ao longo de sua trajetória de atuação e militância em movimentos sociais.

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-73-1



9 788599 138731